



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 127

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 20 DE NOVEMBRO DE 2006

ANO XXXI

Mesa Executiva

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

PEDRO IVO ILKIV

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PMDB

ELIO RUSCH

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

PASTOR EDSON PRACZYK

5º Secretário - PMRB

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Dobrandino da Silva
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PFL Plauto Miró Guimarães
PSDB Nelson Garcia
PMDB Antonio Anibelli
PT Ângelo Vanhoni
PDT Luiz Carlos Martins
PPS Waldir Leite
Bloco Parlamentar PTB/PL/PRB Jocelito Canto
Bloco Parlamentar PP/PSB Cida Borghetti

Representação Partidária

PMDB - 14: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Elza Correia - Geraldo Cartário - José Maria Ferreira - Mauro Moraes - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PDT** - 05: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 05: Ailton Araújo; Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PP** - 02: Cida Borghetti - Duílio Genari; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PTB** - 02: Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 127

105ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Ofícios..... 03

Telegrama..... 03

Indicações 03

Requerimentos 04

Projetos de Lei 08

Pequeno Expediente:

Dep. José Domingos Scarpellini 10

Dep. Elton Carlos Welter..... 10

Dep. Barbosa Neto 10

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 11

Discussão / Votação:

Redação Final 12

3ª Discussão 12

2ª Discussão 13

1ª Discussão 14

Requerimentos 23

Encerramento da Sessão 24

Publicações:

Comissão Executiva

Atos..... 24

DIÁRIO Nº 127

105ª SESSÃO ORDINÁRIA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA

15ª LEGISLATURA

ATA DA 105ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM

20 DE NOVEMBRO DE 2006

(segunda-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariado pelo Sr. Deputado Nereu Moura e pela Sra. Deputada Cida Borghetti.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Elio Rusch, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Natálio Stica, Nelson Justus, Nelson Garcia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Vanderlei Iensen (43).

Ausentes os Srs. Deputados: Pedro Ivo Ilkiv, Geraldo Cartário, André Vargas, Ângelo Vanhoni, Caíto

Quintana, Luiz Accorsi, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Padre Paulo Campos e Waldir Leite (10).

Em licença médica o Sr. Deputado Luiz Fernandes da Silva Litro (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Ofícios

Sob o nº CTL/CC nº 315/06, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 212/06, de autoria da Deputada Cida Borghetti, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos expostos. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº 1087/06, da Sra. Maria Marta Renner Weber Lunardon - Secretária de Estado da Administração e da Previdência, em resposta ao pedido de informações, requerido pelo Deputado Barbosa Neto, que solicita a transferência da Sra. Sandra Nadja Camacho. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº CEE/CC 2289/06, do Sr. Rafael Iatauro, Chefe da Casa Civil do Estado, comunicando que o Sr. Orlando Pessuti reassumiu, na data de 07/11/06, o cargo de Vice-Governador do Estado do Paraná, do qual se encontrava licenciado. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº 101-P/MC, da Sra. Ministra Ellen Gracie, Presidente do Supremo Tribunal Federal, comunicando a Ação Direta da Inconstitucionalidade nº 2548 - Requerentes o Governador do Estado de São Paulo e o Governador do Estado de Minas Gerais e Requeridos o Governador do Estado do Paraná e a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná e Interessada a Federação das Indústrias do Estado do Paraná - FIEP, onde foi julgada,

por unanimidade, procedente a ação direta de inconstitucionalidade, na Sessão plenária de 10 de novembro de 2006. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 3497/06/REDUR/LD, do Sr. Olides Mil-lezi Júnior, Gerente Regional de Negócios da Caixa Econômica Federal, informando que foi procedida a alteração dos termos referentes a prorrogação do prazo de desembolso, do Contrato de Repasse OGU nº 0171580-12/04/MDA/CAIXA do Programa Pronaf, encerrando-se no dia 30/06/07, conforme pretendido pelo Iapar. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 3498/06/REDUR/LD, do Sr. Olides Mil-lezi Júnior, Gerente Regional de Negócios da Caixa Econômica Federal, informando que foi procedido a alteração dos termos referentes a prorrogação do prazo de desembolso, do Contrato de Repasse OGU nº 0171322-80/04/MDA/CAIXA do Programa Pronaf, encerrando-se no dia 30/04/07, conforme pretendido pelo Iapar. **Ao conhecimento da Casa.**

Telegrama

Sob o nº 11088202/MS/SE/FNS, do Ministério da Saúde, informando liberação de recursos financeiros do Fundo Nacional de Saúde para o Instituto de Saúde do Paraná, no valor de R\$ 676.511,28, para o pagamento de detecção deficiência auditiva. **Ao conhecimento da Casa.**

Indicações

INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e na condição de Líder do PPS, vem perante o Exmo. Sr. Hermas Eurídes Brandão, Presidente desta Casa de Leis, indicar o Deputado Estadual Marcos Valente Isfer para compor a CPI do Grampo.

Sem mais para o momento, estreitamos nossos protestos de elevada estima e alta consideração.

Sala das Sessões, em 20.11.06.

(a) WALDIR LEITE

Líder do PDT

INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, INDICA o Deputado Luiz Carlos Martins como membro da Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI do Grampo, pelo PDT - Partido Democrático Trabalhista.

Sala das Sessões, em 20.11.06.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

Líder do PPS

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 2460

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem perante o Exmo. Sr. Hermas Eurides Brandão, Presidente desta Casa de Leis, REQUERER, após ouvido o douto Plenário, o desarquivamento dos Projetos de Lei nºs 375/04, 428/04 e 252/05, em virtude dos referidos projetos de lei de Utilidade Pública estarem em fase de complementação de documentação.

Sala das Sessões, em 20.11.06.

(a) WALDIR LEITE

REQUERIMENTO Nº 2472

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, autorização desta Casa de Leis para ausentar-se do país em Missão Oficial do Governo do Estado do Paraná, no período de 25 de novembro à 04 de dezembro.

Sala das Sessões, em 20.11.06.

(a) HERMES FONSECA

REQUERIMENTO Nº 2462

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa votos de pesar pelo falecimento do Sr. Jorge Matsumoto, com 65 anos de idade, na cidade de Londrina.

Deixa viúva a Sra. Toshiko Matsumoto e quatro filhos: Sergio, Sueli, Lika e Cíntia Matsumoto.

As nossas sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 20.11.06.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 2468

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam enviados votos de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. Ladislao Chimiel, ocorrido no dia 11 de novembro de 2006, na cidade de Quedas do Iguaçu/PR.

Requer ainda, que seja dado ciência à família enlutada, através de sua esposa Sr. Joana Pillak Chimiel, enviando correspondência à Rua Eucaliptos, nº 661, CEP: 85.460-000 - Quedas do Iguaçu/PR.

Sala das Sessões, em 20.11.06.

(a) NEREU NOURA

JUSTIFICATIVA:

A tristeza da perda se instala no coração de familiares e amigos. A morte levou o Sr. Ladislau Chimiel, que nos deixou lembranças de integridade e companheirismo.

Foi pai e esposo dedicado Ajudou a construir a história de Quedas do Iguaçu, sendo um de seus pioneiros. Como empresário, contribuiu fortemente com o desenvolvimento de seu município.

Sua passagem por essa vida foi motivo de orgulho e gratidão para aqueles que fizeram parte de seu convívio.

Por sua vez, a Assembléia Legislativa do Paraná, na pessoa deste Parlamentar, cumpre o doloroso dever de endereçar à família enlutada sinceros votos de pêsames e condolências.

REQUERIMENTO Nº 2469

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam enviados votos de profundo pesar, pelo falecimento da Sra. Eliane Dezan, ocorrido no dia 13 de novembro de 2006, na cidade de Três Barras do Paraná.

Requer ainda, que seja dado ciência à família enlutada, através de seu pai, Sr. Sérgio Dezan, enviando correspondência à Av. Paraná s/n, CEP: 85.485-000, Três Barras do Paraná

Sala das Sessões, em 20.11.06.

(a) NEREU NOURA

JUSTIFICATIVA:

A perda de uma jovem como Eliane Dezan, traz profunda tristeza não somente aos familiares, mas à população de toda uma cidade. Três Barras perdeu uma pessoa querida, verdadeiramente amiga e interessada em trabalhar pelo bem comum.

Que Deus conceda o descanso merecido à alma de Eliane Dezan, pois sua passagem por essa vida foi motivo de orgulho e gratidão para aqueles que fizeram parte de seu convívio.

Por sua vez, a Assembléia Legislativa do Paraná, na pessoa deste Parlamentar, cumpre o doloroso dever de endereçar à família enlutada sinceros votos de pêsames e condolências.

REQUERIMENTO Nº 2470

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de congratulações, pela passagem do Dia da Consciência Negra, pois 20 de novembro é a data anunciada como o dia do assassinato, em 1695, do líder negro Zumbi dos Palmares, um dos principais símbolos da resistência negra à escravidão.

Em 1971, ativistas do grupo palmares, do Rio Grande do Sul, chegaram a conclusão de que 20 de novembro tinha sido a data de execução de Zumbi e estabeleceram como o dia da consciência negra.

Em 2003, a Lei nº 10.639, sancionada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, estabeleceu a data como parte do calendário escolar brasileiro.

Requer ainda, que seja dado ciência a Sra. Alaertes Leandro Martins, através de correspondência a ser encaminhada a Rua Isaac Ferreira da Cruz, 4483 - casa 14 - Sítio Cercado - CEP: 81.910-000.

Sala das Sessões, em 20.11.06.

(a) ELZA CORREIA

REQUERIMENTO Nº 2473

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos, ao município de Paraíso do Norte, pela passagem do seu 51º aniversário de emancipação política, no próximo dia 27 de novembro/06.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência ao Exmo. Sr. José Sebastião Marinello, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito, Sr. Carlos Alberto Nizzotto, bem como a todos os Srs. Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Paraíso do Norte.

Sala das Sessões, em 20.11.06.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

É com muito orgulho que toda a população de Paraíso do Norte, no próximo dia 27 de novembro/06, estará comemorando o transcurso do seu 51º aniversário de emancipação política.

Em fins de 1949, o engenheiro civil Leônicio de Oliveira Cunha adquiriu a Gleba Pacheco, que integrava um lote de terras devolutas, de patrimônio do Estado. Oliveira Cunha iniciou imediatamente os trabalhos de levantamento topográfico e deu início ao projeto de planificação do perímetro urbano do futuro patrimônio, que recebeu o nome de Paraíso do Norte.

A primeira casa foi construída pelo carpinteiro José Thomaz e pertenceu ao Dr. Oliveira Cunha, sendo utilizada como apoio de trabalho desenvolvido. Em seguida iniciaram-se as vendas dos lotes rurais e urbanos e os primeiros adquirentes foram José Gonçalves da Silva, Alcides Fernandes Godói, Alexandre Castoni, primeiro comerciante e Benedito Franco, pioneiro do ramo farmacêutico.

O desenvolvimento do núcleo foi rápido e absorvente, uma vez que inúmeras famílias, vindas dos Estados de São Paulo e Minas compraram terras e se instalaram imediatamente.

Pela Lei Estadual nº 253, de 26 de novembro de 1954, foi criado o município de Paraíso do Norte, com território desmembrado do município de Paranavaí. A instalação oficial ocorreu no dia 27 de novembro de 1955.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, associa-se às homenagens devidas ao município de Paraíso do Norte no transcurso

de seus 51 anos, parabenizando a todos pela significativa data.

REQUERIMENTO Nº 2474

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos, ao município de Presidente Castelo Branco, pelo transcurso, no próximo dia 29 de novembro/06, do seu 41º aniversário de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência ao Exmo. Sr. Valdomiro Canegundes de Souza, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito, Sr. Mário Stravati, bem como a todos os Srs. Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Presidente Castelo Branco.

Sala das Sessões, em 20.11.06.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

É muito importante reconhecer e homenagear as pessoas que contribuíram e contribuem para o desenvolvimento de uma região, pois, é o que vem acontecendo em Presidente Castelo Branco, que conta com a eficiente colaboração de toda a população para o constante progresso do Município.

Assim sendo é justo que, através desta proposição, prestemos nossa homenagem de gratidão e reconhecimento ao povo honesto e trabalhador de Presidente Castelo Branco.

O Município serve de elemento catalisador da ação da comunidade rural e de ligação entre a liderança rural e os organismos públicos. O Prefeito e Vereadores, por sentirem de perto as aspirações da gente do campo, serão capazes, no exercício de seu papel de agentes políticos, de conduzir esforços e reivindicações, mediante contatos com autoridades federais e estaduais.

O Prefeito - ou o Vereador - representa a via de acesso mais eficaz para a condução dos problemas rurais a outros níveis de governo, pois dispõe de um potencial de atendimento das necessidades que poderá ser induzido por intermédio do relacionamento formal e informal das autoridades municipais.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado, sente-se orgulhoso em cumprimentar efusivamente toda a população de Presidente Castelo Branco na significativa data da comemoração do seu 41º aniversário de emancipação politicamente organizada.

REQUERIMENTO Nº 2475

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão

de hoje, voto de congratulações e aplausos, ao município de Loanda, pela passagem no próximo dia 27 de novembro/06, do seu 51º aniversário de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência ao Exmo. Sr. Álvaro de Freitas Netto, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito, Sr. Pascoal Pilotti, bem como a todos os Srs. Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Loanda.

Sala das Sessões, em 20.11.06.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Através desta proposição, parabenizamos toda a população de Loanda que, estará, no próximo dia 27/11, comemorando mais um aniversário de sua emancipação política. A empresa colonizadora Norte do Paraná Ltda. dirigida por Írio Spinardi, iniciou os trabalhos de fundação da cidade em outubro de 1952. Spinardi, homem de visão e de larga experiência no ramo, já havia fundado a cidade paulista de Dracena e trouxera com ele para aquela empreitada seu pai Lino Spinardi e mais Azio Monticuco e Sebastião Delfino Machado.

Os primeiros moradores da região foram Celestino de Oliveira que construiu a primeira casa e mais Antonio Lochetti, João Tavares de Souza e Moisés de Souza. Pedro Peterson Filho e Saturnino de Oliveira deitaram as primeiras sementes no solo loandense.

Em 15 de agosto de 1953, pela Lei nº 47, o núcleo urbano foi elevado à categoria de Distrito Administrativo. A 26 de novembro de 1954, pela Lei Estadual nº 253 foi criado o Município, sendo primeiro Prefeito o Sr. Azio Monticuco. A 08 de maio de 1956 criou-se a Comarca. O primeiro Juiz de Direito foi o Dr. Abrahão Atem e primeiro Promotor Público Dr. Lamartine Rollo Soares.

O nome da cidade é homenagem a cidade de Luanda, Capital da Angola, na África Ocidental Portuguesa e surgiu a partir de um concurso público realizado pela companhia colonizadora que lançou as bases de fundação do atual município de Loanda.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Parlamentar, congratula-se com toda a população de Loanda na significativa data da comemoração do seu 51º aniversário de emancipação política.

REQUERIMENTO Nº 2479

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, PEDE à egrégia Assembléia, a inserção nos Anais da presente Sessão de voto de louvor e congratulações ao Bacharel em Ciências Contábeis, Cláudio Nolas, pela criação e implementação do Projeto Declaração do Imposto de Renda Isento, para cidadãos paranaenses.

Sala das Sessões, em 20.11.06.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Criou o Projeto Orientação para o preenchimento da Declaração de Imposto de Renda, após apurada obser-

vação dos cidadãos curitibanos, tendo concluído que os contribuintes do imposto de renda tinham seu CPF suspenso ou cancelado, porque apresentavam dificuldades na hora de fazer suas declarações, pelo fato de não possuírem informação ou recursos financeiros.

Apresentou o projeto à Receita Federal que imediatamente tornou-se parceira na implementação do Projeto Declaração de Imposto de Renda Isento.

Em 2005 e 2006, reuniu-se um grupo de professores e acadêmicos do curso de Ciências Contábeis da Universidade Tuiuti, e foram para a praça Rui Barbosa e Igreja do Perpétuo Socorro orientar e atender o povo, gratuitamente, sobre a forma correta de preencher o formulário do imposto de renda. Neste período foram atendidas em torno de 4 mil e 300 pessoas.

O desenvolvimento desse projeto cidadão, de pleno êxito, justifica este voto.

REQUERIMENTO Nº 2476

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo à Procuradora de Justiça do Estado do Paraná, Sra. Vera Grace Paranaçu Cunha, que assumiu a presidência da Associação dos Procuradores do Estado do Paraná.

Requer ainda, que seja dado ciência à homenageada da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 20.11.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2477

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Reitor da Cesumar - University Center of Maringá - Prof. Wilson de Matos Silva. A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 20.11.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2478

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Francisco Moreira de Souza.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 20.11.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2465

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Governador do Estado, Roberto Requião, ao Secretário de Estado da Educação, Ricardo Fernandes Bezerra, bem como à Presidente da Fundepar, Sandra Berenice Ferrari Turra, solicitando dos mesmos a construção de três (03) salas de aula no Colégio Estadual Tomaz Edson de Andrade Vieira, no Município de Maringá, em razão da superlotação das turmas daquela instituição de ensino.

Cabe salientar que já existe processo solicitando a locação de duas salas de aula para atender o Colégio Estadual mencionado acima. Contudo, a única forma de solucionar o problema de superlotação das turmas é a construção de três salas de aula.

Sala das Sessões, em 20.11.06.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 2466

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, Desembargador Tadeu Marino Loyola Costa, solicitando do mesmo a criação de Varas Criminais Especializadas em Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, a Criança e o Adolescente, adotando essa medida no enfrentamento contra a violência e implementação da Lei Federal nº 11.340/06 (Lei Maria da Penha).

No Brasil, e no Paraná não é diferente, a pobreza tem um rosto feminino. Mais de 30% das famílias brasileiras têm mulheres na condição de chefes de família. Essas mulheres e respectivos filhos sofrem violência e na maioria das vezes não se sentem protegidas em razão do preconceito e da banalização dos crimes cometidos no seio da família.

Neste ano de 2006 foi sancionada a Lei nº 11.340, conhecida como Lei Maria da Penha, que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do parágrafo 8º do artigo 226 da Constituição Federal. Segundo a justificativa da matéria, “a necessidade de se criar uma legislação que coíba a violência doméstica e familiar contra a mulher, prevista tanto na Constituição como nos tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário, é reforçada pelos dados que comprovam sua ocorrência no cotidiano da mulher brasileira.

A Lei nº 11.340 insere o Brasil na lista dos 18 países da América Latina e Caribe que possuem uma Lei

Integral de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra as Mulheres.

São indiscutíveis os obstáculos sociais impostos às mulheres de baixa renda que sobrevivem sob o manto do “homem provedor”, bem como a necessidade de reforçar a atenção às crianças e aos adolescentes, pela repercussão do convívio em ambiente violento na formação da personalidade e perpetuação de atitudes violentas, como também na redução da capacidade de aprendizado, repetência e evasão escolar.

No mês de novembro, um dos grandes temas da agenda política nacional é o Orçamento Público e nessa fase essencial é incluir emendas com verbas para o enfrentamento da violência doméstica e familiar.

Sala das Sessões, em 20.11.06.

(a) CIDA BORGHETTI

Apoioamento dos demais Membros da Comissão.

REQUERIMENTO Nº 2467

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Governador do Estado, Roberto Requião, ao Secretário de Estado da Saúde, Cláudio Xavier, e ao Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, Emerson José Nerone, solicitando dos mesmos a criação de mecanismos de enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher, a criança e o adolescente, para a implementação neste Estado da Lei Federal nº 11.340/06 (Lei Maria da Penha).

No Brasil, e no Paraná não é diferente, a pobreza tem um rosto feminino. Mais de 30% das famílias brasileiras têm mulheres na condição de chefes de família. Essas mulheres e respectivos filhos sofrem violência e na maioria das vezes não se sentem protegidas em razão do preconceito e da banalização dos crimes cometidos no seio da família.

Neste ano de 2006 foi sancionada a Lei nº 11.340, conhecida como Lei Maria da Penha, que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do parágrafo 8º do artigo 226 da Constituição Federal. Segundo a justificativa da matéria, “a necessidade de se criar uma legislação que coíba a violência doméstica e familiar contra a mulher, prevista tanto na Constituição como nos tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário, é reforçada pelos dados que comprovam sua ocorrência no cotidiano da mulher brasileira.

A Lei nº 11.340 insere o Brasil na lista dos 18 países da América Latina e Caribe que possuem uma Lei Integral de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra as Mulheres.

São indiscutíveis os obstáculos sociais impostos às mulheres de baixa renda que sobrevivem sob o manto do “homem provedor”, bem como a necessidade de reforçar a atenção às crianças e aos adolescentes, pela repercussão do convívio em ambiente violento na formação da perso-

nalidade e perpetuação de atitudes violentas, como também na redução da capacidade de aprendizado, repetência e evasão escolar.

No mês de novembro, um dos grandes temas da agenda política nacional é o Orçamento Público e nessa fase essencial é incluir emendas com verbas para o enfrentamento da violência doméstica e familiar.

Para o enfrentamento de que trata este documento, essencial a criação, no Paraná, de centros de atendimento integral e multidisciplinar para mulheres e respectivos dependentes em situação de violência doméstica e familiar, em todas as cidades pólo do Estado.

Fundamental também a criação de casas-abrigos para essas mulheres e dependentes em todos os pólos regionais.

O funcionamento das políticas públicas destinadas a combater a violência contra a mulher, crianças e adolescentes passa por delegacias especializadas, núcleos de defensoria pública, serviços de saúde e centros de perícia médico-legal especializados no atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar.

Sala das Sessões, em 20.11.06.

(a) CIDA BORGHETTI

Apoioamento dos demais Membros da Comissão.

REQUERIMENTO Nº 2464

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja endereçada correspondência ao Governador do Paraná, Exmo. Sr. Roberto Requião, bem como ao Secretário de Estado de Obras Públicas, Luiz Dernizo Caron, solicitando dos mesmos a pavimentação asfáltica do prolongamento da Av. Vereador Antonio Bortolotto no Distrito de Iguatemi, em Maringá.

Referido trecho é ligação para o Conjunto Habitacional Santa Terezinha e inicia-se entre os lotes 114-115/14 da quadra 999-J e o lote 124/23 da quadra 999-B e se estende até os lotes 117 e 102/104.

Trata-se de antiga reivindicação dos moradores da região, haja vista que esse prolongamento faz a ligação da área central do Distrito de Iguatemi com o Conjunto Santa Terezinha, que existe desde 1994.

Sala das Sessões, em 20.11.06.

(a) CIDA BORGHETTI

Projeto de Lei

PROJETO DE LEI Nº 533/06

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Beneficente Opção Cultural Rosanna Cattalini, com sede e foro no município de Colombo, Paraná.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 20.11.06.

(a) ÂNGELO VANHONI

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei, ora apresentado, justifica-se na medida em que a entidade referida vêm prestando significativos serviços à comunidade colomboense, sobretudo às suas crianças mais carentes.

São mais de 300 crianças de 05 a 12 anos atendidas no contra turno escolar com aulas de artesanato, dança, música, canto, entre outras atividades lúdicas.

Além disso, a Associação Beneficente Opção Cultural Rosanna Cattalini, oferece a todas as crianças uniformes, alimentação e devem estar frequentando as escolas do município.

Daí porque se faz mister promover tal titulação à entidade, uma vez que a mesma não tem fins lucrativos e desenvolve um trabalho importante para a formação do caráter e da cultura das crianças que mais precisam.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado José Domingos Scarpellini.

Deputado José Domingos Scarpellini (PSB)

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, recebi há pouco no meu gabinete, a visita de um oficial de justiça, que veio em nome da Justiça me citar em uma ação proposta, pelo Sr. Governador Roberto Requião de Mello e Silva, para que José Domingos Scarpellini, se veja processado pelos fatos divulgados na Rádio Band News. Trata-se de um assunto por demais conhecido, entre os paranaenses e, quiçá, até desta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Disse-me o Meirinho, que eu tenho o prazo de cinco dias, para apresentar as respostas aos quesitos enumerados pelos Procuradores, de S. Exa. o Sr. Governador Roberto Requião.

O procedimento judicial veio assinado pelos seus Procuradores. Eis os nomes dos Procuradores: Guilherme de Salles Gonçalves, César Eduardo Zilioto e Maurício Tadeu de Mello e Silva. Esse último por sinal, filho de S. Exa. o Sr. Governador Roberto Requião de Mello e Silva.

Diz ele na inicial que o Deputado imputou a ele crime praticado em parceria com o Délcio Rasera.

Vejam senhores que coisa absurda. O Deputado José Domingos Scarpellini imputou o Governador Roberto Requião, o crime de escutas telefônicas praticados pelo Délcio Rasera e por ele, Roberto Requião de Mello e Silva. Como se o Délcio Rasera fosse um homem

totalmente desconhecido do Palácio Iguaçu, um homem que não freqüentasse o terceiro andar do Palácio Iguaçu.

Srs. Deputados, Délcio Raserá chegou por acaso e desembarcou em uma sala do Palácio Iguaçu e, começou de lá a despachar. Não me consta que ele mexa com saravá. Então os despachos não eram de saravá. Não me consta que ele seja um Juiz de Direito, um Promotor que faz despachos, em alguns procedimentos judiciais. Se lá estava, a quem prestava serviços ou que serviços prestava o Sr. Délcio Raserá. Consta também que o Sr. Délcio Raserá se instalou no Palácio Iguaçu e a partir de lá desembarcou com suas malas, as malas de escuta, teria sido perdoado de processos que respondia junto a Corregedoria da Polícia Civil.

Está aqui! O procedimento feito pelo Governador Roberto Requião contra este inocente e humilde Deputado sendo acusado pelo Governador poderoso deste Estado, Roberto Requião de Mello e Silva, que além de ganhar as eleições, que eu considero ilícita à maneira como ganhou e ainda manda processar. Manda o Oficial de Justiça vir à minha caça, para que eu explique sobre o Délcio Raserá. Quem tem que explicar sobre Délcio Raserá é quem o levou para o Palácio Iguaçu, é quem instalou o Sr. Raserá no Palácio Iguaçu. Este sim que tem que dar explicações ao Paraná. As fitas que são milhares de horas de gravações que andam por aí pelo Estado de mão em mão, não foi objeto de crime praticado por este Deputado. Ouvir Desembargadores, Juízes, ouvir Deputados num grampo que foi feito lá no 3º andar do Palácio Iguaçu. E ainda tem a coragem e a desfaçatez de mandar o Oficial de Justiça vir a minha procura para que eu responda essa interpelação. Um amontoado de papel. Isto é uma vergonha. Como se estas ameaças fossem nos calar, fossem nos silenciar. Só depois de passar por cima do meu cadáver.

Nós vamos fechar a boca. Tenho a fita do Délcio Raserá conversando e dizendo, que quem mandava fazer os grampos era o Governador Roberto Requião de Mello e Silva. Tenho como muitos têm os CD's gravados de conversa de Deputados e Secretários que incriminam o Governador Roberto Requião de Mello e Silva.

Agora quem faz o grampo, quem faz a escuta ainda quer ter o direito de processar quem denuncia. O crime foi feito. A testemunha ou denunciante é que vai para a cadeia?

Não! Nós vamos ter que ir mais longe nessa história. Essa história terá que ser muito bem esclarecida. Porque os Prefeitos foram cooptados para assinar a ficha do PMDB e para apoiar o candidato oficial. A máquina do Estado usada a todo vapor. Escutas telefônicas que é a espionagem. Coisa mais sórdida que derrubou o Presidente da República dos Estados Unidos, o Richard Nixon, que renunciou ao mandato porque iria ser cassado por uma espionagem feita em um comitê do Partido Democrata. E aqui a espionagem comandada pelo terceiro andar do Palácio Iguaçu, nada vai acontecer. Tudo

vai ser assim: “não, o Governador não sabia”. Ora! O Governador não sabia!

Nós tivemos casos e mais casos de indícios que levam à prova material...

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

V. Exa. tem cinco minutos.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Muito agradecido, Sr. Presidente.

Há prova material do crime, não é prova testemunhal, porque a prova testemunhal é a “prostituta” das provas. Mas, a prova material é a rainha das provas. E estas provas existem. Elas estão nos CD's, estão na gravação que eu tenho, estão nas gravações que a PIC tem, a Promotoria de Investigação Criminal; que inclusive o Governador notificou para desocupar a casa que estão ocupando, aqui no Ahu. Uma vindita do Governador, porque a PIC não come pelas suas mãos. Então, não quer mais que a Promotoria de Investigação Criminal fique na casa que pertence ao Estado do Paraná.

Mas, em contrapartida, o Governador que quer que desocupem a casa que pertence ao Governo, ele quer morar na casa do Governo, lá na Canguiri.

Deputado Reni Pereira, o senhor concorda com que o Governador continue morando na casa de campo, criando seu cavalos, seus pequenos animais, lá na Granja do Canguiri e que faça o despejo da casa dos Promotores, aqui no Ahu?

Deputado Duílio Genari, eleito pela Oposição agora, me dê um aparte de colaboração e se some conosco nesta empreitada, onde o Governador quer passar com um rolo compressor. Não. A casa do Canguiri pode ser usada por ele, mas, a casa onde estão os Promotores da PIC, já não podem, porque os Promotores não comem pelas suas mãos.

Eu vou responder este procedimento, Deputado Rossoni. Os advogados, em que pese terem a OAB, estão deixando muito as desejar nos quesitos. E eu, como um rábula velho, um acadêmico de Direito já “cinquentão”, não tenho a menor preocupação em responder a estes quesitos. E espero que o Governador do Estado do Paraná, ao responder, ao ingressar com as ações ou contestá-las, no caso do pedágio e outras coisas, procure uma equipe melhor de advogados e de Procuradores, para não cair numa cilada como esta, porque o “primarismo” da inicial... É uma pena que o papel é um pouco grosso...

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Talvez o próprio Governador não tenha conhecimento do que está rolando de fitas que nos foram mandadas. Porque não têm um líder político da Oposição que não tenha recebido pelo menos uma dezena de fitas, e é por isso que ele faz esses questionamentos. V. Exa. disse há pouco, quem afirma que quem mandou foi o próprio Raserá, isso é de conhecimento público, porque essas fitas estão rolando aí de gabinete em gabinete. Então, eu

quero colocar a disposição de V. Exa. em ajudá-lo a responder essas perguntas para que o Governador tenha conhecimento do que nós pensamos.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Fico muito agradecido do seu aparte. Eu quero até dizer aos Srs. Deputados, eu quero até colocar como testemunha a pessoa do Presidente desta Casa, o Deputado Hermas Brandão.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Só que a partir do ano que vem eu sou obrigado a cumprir as convocações.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Mas nós vamos colocá-lo como testemunha Sr. Presidente, porque V. Exa, juntamente comigo, estive lá na Polícia Federal, estivemos juntos, Deputado Nereu Moura. Também estive na Polícia Federal para pedir providências sobre as escutas telefônicas...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Eu que fui com V. Exa. lá.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Ah é, o Nereu só deu o apoio moral. Mas valeu muito. E nós que fomos lá para pedir que a Polícia Federal fizesse esse levantamento, e a Polícia Federal disse que não tinha condições de começar porque não tinha por onde começar, Deputado Hermas Brandão, agora nós já temos não só por onde começar, até por onde terminar, nós já sabemos quem são os mandantes da escuta, quem fez as escutas, a prova material das escutas, que são os CD's, vamos até dar uma contribuição para a Polícia Federal para que possam nos ajudar lá na frente com essas fitas degradadas para poder colaborar com a Justiça e poder elucidar este pedido que o Governador Roberto Requião fez ao abrir esse processo contra a minha inocente e humilde pessoa, José Domingos Scarpellini, seu criado.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Deputado Elton Carlos Welter com a palavra.

Deputado Elton Carlos Welter (PT)

O SR. ELTON CARLOS WELTER

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na semana passada na cidade de Guaíra, no prédio da Unipar, estivemos lá com representantes do Ibama, do Poder Executivo Federal e também do Poder Executivo local, os municípios que representavam lá o Coripa, que são todos os municípios adjacentes ao Parque de Ilha Grande, onde se assinou um dos primeiros projetos de conversão da indenização dos pequenos agricultores, dos ilhéus, Deputado Scarpellini, onde um produtor rural dentro da bacia do

Paraná pode comprar desse ilhéu e compensar a reserva legal. É uma luta antiga, essa Casa sempre encabeçou essa luta, eu me lembro quando eu assumi aqui na Assembléia Legislativa uma das primeiras intervenções nossas foi nesse sentido, o Deputado Federal Colombo quando era Deputado Estadual já me falava desse pleito, e quando ele se elegeu federal comentou que nós deveríamos encampar juntos essa luta dos ilhéus que foram injustamente tirados das suas propriedades e não foram justamente indenizados. E de fato esse modelo de compensação ambiental adotado pelo Ministério do Meio Ambiente só foi possível graças à intervenção desta Casa, também articulada pelo Deputado Scarpellini e pela Comissão de Direitos Humanos da sensibilidade do Governo Federal, da Ministra Marina Silva, que dialoga com os movimentos sociais. Essa é a grande diferença. Nós só avançamos porque existe interação dos movimentos organizados da sociedade civil com o Governo.

Esse projeto piloto de compensação da reserva legal de produtores que têm esse problema ambiental de comprar dentro de parques nacionais e, posteriormente, doar ao Ibama, por trinta anos, é uma decisão que resolve dois problemas importantes: primeiro, aqueles produtores que foram historicamente injustiçados e nunca pagos; segundo, a resolução definitiva de produtores que não têm a sua reserva legal definida. São os 20% de mata que ele vai poder comprar dentro dos parques.

É um modelo que servirá para o país e foi fruto da discussão dos movimentos de agricultores organizados; da intervenção desta Casa Legislativa e, não tenho dúvida, servirá de parâmetro para as próximas décadas. Surgiu do apelo popular, de audiências públicas provocadas por esta Casa de Leis e, agora, se achou um parâmetro efetivo para, de forma justa, compensar os agricultores, os ilhéus que não foram indenizados e, agora, conseguem ser pagos com recursos privados.

O pessoal do setor privado vai resolver o seu problema ambiental que é a reserva legal de 20% que todos precisam recuperar em função da legislação existente no país. Então, é um fato histórico que marcou data na semana passada, na cidade de Guaíra, e nós temos que enaltecer que esta Casa teve o seu papel relevante nessa questão e, não tenho dúvida, que essa legislação, esse modelo, servirá para outros entes da federação para buscar soluções para outros agricultores que foram injustiçados na história e não foram remunerados pela criação de parques nacionais.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Com a palavra o Sr. Deputado Barbosa Neto.

Deputado Barbosa Neto (PDT)

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Há cerca de dez dias, nós encaminhamos para o Governo do Estado um requerimento, que foi aprovado por esta Casa, no sentido de que o Governo, por meio da Secretaria de Educação, pudesse rever a decisão de implantar, a partir do ano que vem, o projeto do georeferenciamento, em que os alunos da rede pública só poderão estudar nos colégios da região onde eles habitem.

Num primeiro momento, é um projeto válido, porém, tem causado traumas para os alunos, para os pais e para os próprios professores, pela forma açodada com que deverá entrar em vigor.

Nós, num primeiro momento, não somos contrários, mas friso que o Governo do Estado deveria proporcionar, tanto para os alunos quanto para os professores, funcionários e para a própria sociedade, um prazo para que a estrutura se adequasse a fim de que o projeto pudesse ser implantado.

Nós sabemos que serão ocasionados traumas, principalmente para as crianças, os alunos que na tenra idade já estão acostumados ao convívio das escolas e, principalmente, dos colegas e professores. Nós acreditamos que seja importante o Governo postergar essa decisão ou mesmo assegurar o direito daquelas pessoas, daqueles estudantes que estão em determinados locais de ensino para que eles possam ter um prazo para poder se adequar a essa nova realidade. Esse é o nosso objetivo e foi por isso que colocamos o requerimento para aprovação, porém, até agora não veio a resposta por parte da Secretaria nem mesmo do Governo do Estado.

A nossa intervenção é justamente no sentido de colaborar, no sentido de levar ao conhecimento daqueles que elaboraram esta idéia, para que possam ver também o outro lado. Aliás, esta elaboração programática precisava ser melhor analisada não só neste ponto, mas outras questões como o ensino de nove anos que é outra demanda necessária, mas que sendo colocada a toque de caixa vai causar transtornos para o sistema de ensino que não tem condições de absorver essa nova determinação por parte da Secretaria de Estado. São ponderações, creio, justas. Nós que estamos em contato direto com pais, com alunos, professores, funcionários, que conhecemos um pouco do sistema, estamos tentando agir de forma positiva para colaborar com o Governo.

Infelizmente, a partir do ano que vem, não estarei mais nesta Casa, mas a demanda do ensino é muito grande. Conseguimos aprovar aqui o aumento da obrigação do investimento no setor de educação de 25 para 30%, projeto do Governo do Estado. Talvez isso não seja apenas possível para realizar toda essa demanda que pode estar represada em termos de ganhos educacionais, de realidades, necessidades que precisam ser implementadas.

É preciso estar atento, vigilante, tenho certeza que os Parlamentares estarão a partir do ano que vem, porque realmente é imperioso que se cuide com zelo da questão da educação. Sem dúvida nenhuma é um modelo para

que possamos melhorar a qualidade de vida da nossa população.

Mais uma vez estou cobrando aqui que o georeferenciamento possa demorar um pouco mais para não prejudicar tanto os alunos.

Muito obrigado, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Não há mais oradores inscritos no Pequeno e no Grande Expediente - tínhamos o Deputado Elio Rusch, mas declinou.

Passamos ao Horário das Lideranças: Bloco PTB/PL/PRB; PPS; PDT; PFL; PT; PSDB; PMDB; Liderança da Oposição; Liderança do Governo.

(**Todas declinaram**).

Ordem do Dia:

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Sr. Deputado Waldir Leite, na qualidade de Líder do PPS, constante do expediente, indicando o Sr. Deputado Marcos Isfer para compor a CPI do Grampo. **Prejudicado**.

Infelizmente já foi feito sorteio e o Deputado Marcos Isfer não foi aquinhoadado com a sua indicação.

Expediente subscrito pelo Deputado Luiz Carlos Martins, na qualidade de Líder do PDT, constante do expediente, indicando o seu nome como membro da Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI do Grampo. **À Diretoria Legislativa, para anotar**.

Projeto de lei de autoria do Deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado**. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2472, de autoria do Deputado Hermes Fonseca, constante do expediente, solicitando autorização desta Casa para ausentar-se do País no período de 25 de novembro a 04 de dezembro em Missão Oficial do Governo do Estado do Paraná. **Aprovado**.

Antes de iniciarmos a votação da pauta, quero participar aos Srs. Parlamentares que os Líderes Partidários fizeram a indicação para a Comissão Parlamentar de Inquérito dos Grampos Telefônicos.

O PT indicou o Deputado Natálio Stica; o PSDB o Deputado Miltinho Pupio; o PMDB o Deputado Antonio Anibelli; o PFL o Deputado Elio Rusch; o PDT o Deputado Luiz Carlos Martins e o PP o Deputado Duílio

Genari. Houve sorteio entre o PTB e PPS e o sorteado foi o PTB, que indicou o Deputado Jocelito Canto.

Solicito ao Vice-Presidente, Deputado Pedro Ivo, que na Sessão de amanhã faça a indicação do Presidente e do Relator, instalando a comissão.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Pela Ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Sr. Presidente, gostaria se possível, que fosse lido o requerimento de proposição da CPI.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Mandamos anexar as duas CPI's que havia uma proposta por V. Exa. com o apoio de 18 parlamentares, que foi protocolada. Vou mandar o original, para saber se foi protocolada no mesmo dia. Então, mandamos anexar as duas. Vou pedir ao Deputado José Domingos Scarpellini, que faça a leitura dos dois requerimentos. Faço o encaminhamento a V. Exa. dos dois requerimentos.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Eu aguardo para ver o horário que foi o registro das duas CPI's e, depois, V. Exa. poderá fazer a leitura, se assim o entender.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Eu antecipo mandando a V. Exa. a cópia dos dois requerimentos.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS

Sr. Presidente, Pela Ordem?

(Assentimento)

Em decorrência de uma cirurgia que vou fazer amanhã de manhã, não estarei presente na instalação da CPI.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Eu solicitaria ao seu partido que indicasse um suplente, para que pudéssemos incluí-lo, aqui, na instalação.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PDT)

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Pela Ordem, Sr. Presidente?

(Assentimento)

Eu queria agradecer o sorteio, que acho que foi certo. E dizer que por ser um homem de rádio, sou especialista em comunicação e vou contribuir para essa CPI.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Acho que todos os Parlamentares indicados têm condições de contribuir muito com a CPI.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 767/05, de autoria da Deputada Elza Correia. Fica instituído em caráter permanente, no Calendário Oficial de Políticas Públicas de Cultura, o Programa Paranaização, do Centro Cultural Teatro Guaíra. **Aprovado. (Publ. no DA nº 138/05, de 06.12.05, em Projetos de Lei).**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 338/06, de autoria do Deputado Nelson Justus, autorizando o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso de imóvel ao município de Piraí do Sul. **Aprovado. (Publ. no DA nº 072/06, de 19.06.06, em Projetos de Lei).**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 350/06, de autoria da Deputada Elza Correia, autorizando o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso, do imóvel que especifica, à Associação da Terceira Idade do município de Guaíra. **Aprovado. (Publ. no DA nº 073/06, de 20.06.06, em Projetos de Lei).**

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 377/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 052/06, autorizando o Poder Executivo a ceder, em caráter de utilização gratuita, à União Paranaense dos Estudantes - UPE, imóvel de propriedade do Estado do Paraná, situado nesta Capital. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 377/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a ceder, em caráter de utilização gratuita, à União Paranaense dos Estudantes - UPE, imóvel de propriedade do Estado do Paraná, situado nesta Capital, com área de 1.291,00m, contendo uma casa de alvenaria com 03 (três) pavimentos, na Rua Presidente Cavalcanti, nº 1.157, esquina com a rua João Manuel, objeto da matrícula nº 15.196, do Cartório de Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição da Comarca de Curitiba.

Art. 2º O imóvel que trata o artigo 1º desta lei, será utilizado pela cessionária, para, exclusivamente, instalar sua sede administrativa, podendo o mesmo ser retomado a qualquer tempo pelo Estado do Paraná, tendo esta ces-

são duração até 31 de dezembro de 2006, permitida prorrogação por 04 (quatro) anos, mediante consenso entre as partes, não podendo referido imóvel ser utilizado para outros fins, nem transferido a terceiros, sob pena de o termo de cessão tornar-se automaticamente sem efeito, ficando, ainda, a União Paranaense dos Estudantes responsável pela guarda e proteção do bem, inclusive pela sua conservação, respeitada a condição de imóvel de valor histórico, assim como pelas medidas e despesas necessárias ao fiel cumprimento dos termos, sem direito a quaisquer ressarcimentos.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 20.11.06.

(aa) ALEXANDRE CURI - Presidente
CIDA BORGHETTI - Relatora

ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 480/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 059/06, autorizando o Poder Executivo a efetuar cessão de uso do imóvel, situado no município de Curitiba. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 480/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar cessão de uso de área de 10.560m ,situado à Avenida Konrad Adenauer - Bairro Tarumã, no município de Curitiba, parte da área maior de 36.000,00m ,caracterizada pelo Lote N1, medindo 88,00m x 120,00m, respeitando a área de 25.440,00m ,utilizada pela Escola Estadual Maria Balbina Costa Dias, área total integrante do patrimônio do Estado do Paraná, conforme Transcrição nº 12.326, da 2ª Circunscrição da Comarca de Curitiba.

Art. 2º A parte do imóvel de que trata o artigo 1º desta lei, será cedida à Associação Franciscana de Educação ao Cidadão Especial e deverá ser utilizada exclusivamente para a instalação e manutenção da referida Associação, podendo aquele imóvel ser retomado a qualquer momento pelo Estado do Paraná, tendo esta cessão a duração de 05 (cinco) anos, prorrogável, mediante consenso entre as partes, não podendo o referido imóvel ser utilizado para outros fins, nem ser transferido a terceiros, sob pena de tornar-se automaticamente sem efeito, ficando, ainda, a mesma Associação, responsável pela conservação do bem cedido, como também pelas medidas e despesas necessárias ao fiel cumprimento do termo, sem direito a futuros ressarcimentos.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 20.11.06.

(aa) ALEXANDRE CURI - Presidente
CIDA BORGHETTI - Relatora

ITEM 06

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 486/06, de autoria do Deputado Elton Carlos Welter, ficando declarada de Utilidade Pública a Associação dos Agricultores de Iracema do Oeste - Agricema, com sede e foro no município de Iracema do Oeste. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 486/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Agricultores de Iracema do Oeste - Agricema, com sede no município de Iracema do Oeste e foro no município de Formosa do Oeste.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 20.11.06.

(aa) ALEXANDRE CURI - Presidente
CIDA BORGHETTI - Relatora

3ª Discussão

ITEM 07

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 482/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 061/06, aprovando um Crédito Suplementar no valor de R\$ 3.456.000,00 (três milhões, quatrocentos e cinquenta e seis mil reais) e um ajuste orçamentários no valor de R\$ 144.000,00 (cento e quarenta e quatro mil reais), alterando o vigente orçamento da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CO. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. Emenda. **Aprovada.** Projeto. **Aprovado.**

2ª Discussão

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 483/05, de autoria do Deputado Artagão Júnior, que dispõe sobre a obrigatoriedade dos hospitais, públicos ou privados, de comunicarem as delegacias de polícia quando da entrada em seus prontos socorros de mulheres, crianças e adolescentes vítimas de agressão física e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E SP. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 223/06, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, que autoriza o Poder Executivo estadual a instalar uma unidade da Delegacia da Mulher no município de Sarandi. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CDMCA. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado o Substitutivo Geral, artigo por artigo. Aprovado o projeto.**

1ª Discussão**ITEM 10**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 355/05, de autoria do Deputado Marcos Isfer, que proíbe a venda de álcool líquido 96º GL no Estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CAIC E SP. **Aprovado. (Publ. no DA nº 055/05, em 06.06.05, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 355/05

P A R E C E R :**Preâmbulo**

O Projeto de Lei nº 355/05, de autoria do Deputado Marcos Isfer, intenta proibir a venda do álcool líquido 96º GL (Gay-Lussac) no Estado do Paraná. De acordo com a iniciativa, o produto deverá ser comercializado unicamente em solução coloidal na forma de gel desnaturado e no volume máximo de 500g (quinhentos gramas), em embalagens resistentes ao impacto.

Fundamentação

Nossa Carta Magna, em seu artigo 24, estabelece competência concorrente entre a União, os Estados e o Distrito Federal, para legislar sobre produção e consumo:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

V - produção e consumo.

No mesmo sentido, nossa Constituição Estadual em seu artigo 53, inciso XVII, prevê como competência da Assembléia Legislativa legislar sobre matéria concorrente, prevista no artigo 24 da Constituição Federal. Assim dispõe:

Art. 53. Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente:

(...)

XVII - matéria da legislação concorrente da Constituição Federal;

Sem embargos, vale ressaltar que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) editou, em fevereiro de 2002, a Resolução (RDC) 46, proibindo a venda do álcool líquido 96º GL no País, o qual só poderia ser comercializado na forma de gel.

Esta ação causou a redução de 60% nos acidentes provocados pelo manuseio do produto, o que representou 90 mil adultos e 27 mil crianças a menos na lista dos queimados nos serviços de saúde.

Entretanto, em face de uma liminar do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, permitiu a Associação Brasileira de Produtores e Envasadores de Álcool continuar comercializando o produto no estado líquido.

Contudo, devido ao fato de a competência para legislar sobre o tema em pauta ser concorrente, o Estado, através do Legislativo, possui legitimidade para realizar tal feito, visto que ainda não existe norma superveniente. Ainda, vale ressaltar, há outros Estados que já editaram lei abordando o mesmo tema do projeto em tela.

Conclusão

Dentro desse paradigma, verifica-se que o projeto se encontra dentro dos ditames constitucionais.

Quanto à técnica legislativa, foram observadas todas as disposições pertinentes à Lei Complementar nº 95/98.

Dessa forma, opina-se pela aprovação do projeto que ora se analisa, devido a motivos já explicitados.

Sala das Comissões, em 20.08.05.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DELEGADO BRADOCK - Relator

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E
COMÉRCIO

PROJETO DE LEI Nº 355/05

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 355/05, de autoria do Exmo. Deputado Marcos Isfer, visa proibir a venda de álcool líquido acima de 54º GL (cinquenta e quatro graus Gay-Lussac) e temperatura de 20º (vinte graus Celsius) em todo o território do Estado do Paraná.

Visa, ainda, regulamentar a comercialização unicamente em solução coloidal na forma de gel desnaturado e no volume máximo de 500g (quinhentos gramas), através de embalagens resistentes ao impacto.

Considerando que a Comissão de Constituição e Justiça desta Casa, deu parecer favorável à tramitação do presente projeto de lei;

Considerando que a Constituição Federal e Estadual afirmam que compete à União e aos Estados legislar concorrentemente sobre a produção e consumo;

Considerando que a ação deste projeto em se transformando em lei, poderá reduzir em números consideráveis os acidentes provocados com o manuseio do produto, o que representa 90 mil adultos e 27 mil crianças na lista de queimados e com risco de morte, conforme estatísticas dos hospitais especializados no Estado;

Considerando, ainda, que esta ação não causará qualquer prejuízo à agricultura da cana-de-açúcar que possui outras opções para o seu produto, este Relator, propõe a livre tramitação do referido projeto para ser discutido em plenário.

O parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 20.09.05.

(aa) LUCIANA RAFAGNIN - Presidente

LUIZ NISHIMORI - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
PROJETO DE LEI Nº 355/05

P A R E C E R :

De autoria do Deputado Marcos Isfer, a presente proposição restringe a venda de álcool líquido, vez que o álcool com graduação superior a 54° GL (cinquenta e quatro graus Gay-Lussac) e temperatura acima de 20° C (vinte graus Celsius) somente poderá ser comercializado em solução coloidal na forma de gel desnaturado, e mesmo assim no volume máximo de 500g (quinhentos gramas), e desde que em embalagem resistente ao impacto, entre outras especificações técnicas.

Eventual comercialização de produto em desacordo com a presente proposta de lei, constitui infração sanitária, sujeitando o infrator às penalidades previstas na Lei Federal nº 6.437/1977, as quais serão aplicadas pelo órgão estadual competente, podendo ainda ser aplicada pelos órgãos fiscalizadores dos municípios.

Estabeleceu-se ainda um *vacatio legis* de 180 (cento e oitenta) dias, a contar de sua publicação, para a vigência desta lei.

Na Comissão de Constituição e Justiça desta Casa foi aprovado parecer favorável de lavra do ilustre Deputado Delegado Bradock. Apenas por questão de contribuição, ressalta-se que, embora nesta Comissão a técnica legislativa desta proposição tenha sido considerada expressamente atendida, na verdade os parágrafos primeiros, tanto do artigo primeiro, como do segundo, são de fato parágrafos únicos, o que deve ser corrigido, sugerimos, na Redação Final.

No seu mérito, a presente Proposição também já recebeu parecer favorável da Comissão de Agricultura, Indústria, Comércio, Turismo e do Mercosul.

Por entender que esta Norma vem atender o interesse público, mormente quanto a melhor segurança da população, evitando-se acidentes, principalmente envolvendo crianças, entendemos que a matéria efetivamente deve ser legislada na forma originalmente proposta pelo ilustre Deputado proponente.

Assim, somos de parecer favorável à iniciativa da presente proposição.

Sala das Comissões, em 14.11.06.

(aa) BARBOSA NETO - Presidente

ELTON CARLOS WELTER - Relator

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 460/05 de autoria do Deputado Marcos Isfer, que institui o Programa Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CDMCA. **Aprovado. (Publ. no DA nº 077/05, em 08/08/05 em Projetos de Lei)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 460/05

P A R E C E R :

Relatório

O Projeto de Lei nº 460/05, de autoria do Deputado Marcos Isfer, tem por escopo a instituição do Programa Estadual de Enfrentamento à Violência Infanto-Juvenil, voltado ao desenvolvimento de ações articuladas, intersetoriais e descentralizadas, destinadas ao implemento de atividades preventivas e de assistência especializada dirigida a crianças, adolescentes e famílias vítimas de violência sexual infanto-juvenil.

Em análise a respeito da proposição, entendeu a assessoria desta Comissão:

A legitimidade para legislar a presente matéria encontrasse definida na Constituição Estadual, conforme se pode depreender abaixo:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do estado as leis que disponham sobre:

(...)

IV - criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.

Pode-se facilmente constatar que se privativa do Governador do Estado.

Logo, a usurpação de uma iniciativa traduz-se em clara afronta a preceito fundamental.

A matéria a que se refere o projeto deve fazer parte do projeto de governo pois dispõe acerca de competências próprias de Secretarias de Estado, como bem reconhece em sua redação.

Mérito

A geração de despesa governamental deve atender às determinações constantes da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Trata-se da necessidade de atendimento de quesitos técnicos-orçamentários-financeiros e não de mera indicação dos orçamentos a serem afetados.

De acordo com a Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000:

CAPÍTULO IV

Da Despesa Pública

Seção I

Da Geração da Despesa

Art. 15. Serão consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público a geração de despesa ou assunção de obrigação que não atendam o disposto nos artigos 16 e 17.

Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subseqüentes;

II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

Subseção 1

Da Despesa Obrigatória de Caráter Continuado

Art. 17. Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

§ 1º Os atos que criarem ou aumentarem despesas do que trata o caput deverão ser instruídos com a estimativa prevista no inciso I do artigo 16 e demonstrar a origem dos recursos para seu custeio.

Não obstante, quanto ao mérito o projeto não merece prosperar pois vai de encontro à disposição da Lei de Responsabilidade Fiscal ao não apresentar estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa.

É o relatório

Voto

Não assiste razão à análise prévia realizada pela assessoria desta Comissão de Constituição e Justiça, em nenhum dos pontos questionados.

Relativamente à iniciativa

A Constituição do Estado do Paraná, quando promulgada, guardava perfeita simetria com a Constituição Federal, no que diz respeito à matéria objeto da presente proposição (iniciativa legislativa reservada ao Chefe do Poder Executivo).

Da atual redação do artigo 66 da Constituição Estadual se infere:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

I - a criação de cargos, função ou empregos públicos na administração direta e autárquica do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração;

II - servidores públicos do Poder Executivo, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria, reforma e transferência de policiais para a reserva;

III - organização da Defensoria Pública do Estado e das Polícias Civil e Militar;

IV - criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública;

§ 1º O Governador do Estado pode solicitar urgência para apreciação de projetos de sua iniciativa.

§ 2º No caso do parágrafo 1º, se a Assembleia Legislativa não se manifestar em até quarenta e cinco dias sobre a proposição, será esta incluída na ordem do dia suspendendo-se a deliberação quanto aos demais assuntos, para que se ultime a votação

§ 3º O prazo do parágrafo anterior não flui no período de recesso da Assembleia Legislativa, nem se aplica aos projetos de código, leis orgânicas e estatutos.

Desse modo, refletia perfeitamente a redação original do artigo 61 da Constituição Federal, que era a seguinte:

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados do Senado Federal ou do Con-

gresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I - fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II - disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria de civis, reforma e transferência de militares para a inatividade;

d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

e) criação, estruturação e atribuições dos Ministérios e órgãos da administração pública.

§ 2º A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

Contudo, desde sua promulgação a Constituição Federal foi alterada diversas vezes, através de sucessivas Emendas Constitucionais, o que veio a defasar nossa Constituição Estadual em alguns pontos extremamente relevantes.

O artigo 61 da Constituição Federal, foi desse modo, alterado, em suas alíneas “c” e “d”, além de que incluiu-se uma alínea “f”, sendo que o artigo 61 da Constituição Federal tem, hoje a redação seguinte:

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I - fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II - disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998).

d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no artigo 84, VI; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001).

f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva, (incluída pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998).

§ 2º A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

Já manifestou o Supremo Tribunal Federal: As regras do processo legislativo federal, especialmente aquelas que dizem respeito à iniciativa reservada, são normas de observância obrigatória pelos Estados-membros (RTJ 163/957). Ainda:

ADI 1434/SP - São Paulo

Ação Direta de Inconstitucionalidade

Relator(a): Min. Sepúlveda Pertence

Julgamento: 10/11/1999

Órgão Julgador: Tribunal Pleno

Publicação: DJ Data-25-02-00

PP-00050 EMENT VOL-01980-01 PP-00036

Ementa

EMENTA: ... I. Processo Legislativo: modelo federal: iniciativa legislativa reservada: aplicabilidade, em termos, ao poder constituinte dos Estados-membros. 1. As regras básicas do processo legislativo federal são de absorção compulsória pelos Estados-membros em tudo aquilo que diga respeito - como ocorre às que enumeram casos de iniciativa legislativa reservada - ao princípio fundamental de independência e harmonia dos poderes, como delineado na Constituição da República...

E:

Processo legislativo dos Estados-Membros: absorção compulsória das linhas básicas do modelo constitucional federal entre elas, as decorrentes das normas de reserva de iniciativa das leis, dada a implicação com o princípio fundamental da separação e independência dos Poderes: jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal. (ADI 637, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, DJ 01/10/04).

Portanto, é necessário interpretar-se a Constituição Estadual conforme a Constituição Federal.

Um quadro comparativo entre os dispositivos respectivos pode ser desenhado:

CONSTITUIÇÃO ESTADUAL	CONSTITUIÇÃO FEDERAL REDAÇÃO ORIGINAL	CONSTITUIÇÃO ESTADUAL REDAÇÃO ATUAL
I - a criação de cargos, função ou empregos públicos na administração direta e autárquica do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração;	a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;	a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;
	b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;	b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;
II - servidores públicos do Poder Executivo, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria, reforma e transferência de policiais para a reserva;	c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria de civis, reforma e transferência de militares para a inatividade;	c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria; (redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 1999);
III - organização da Defensoria Pública do Estado e das Polícias Civil e Militar;	d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;	d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;
IV - criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.	e) criação, estruturação e atribuições dos Ministérios e órgãos da administração pública.	e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no artigo 84, VI; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001).
		f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva, (incluída pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998).

Por fim, tem-se que a redação do dispositivo citado pela alínea “e” do dispositivo constitucional federal, supra em sua redação vigente, dispõe:

Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República:

VI - dispor, mediante decreto, sobre:

a) organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos;

b) extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos;

Daí que as normas relativas às Secretarias de Estado e órgãos da administração pública estadual devem ser objeto de Lei Estadual de iniciativa do Exmo. Governador tão somente quando tratarem de sua criação e extinção.

As leis concernentes à organização e funcionamento da administração estadual, são de iniciativa do Exmo. Governador do Estado somente quando não implicarem aumento de despesa.

Sendo assim, são de iniciativa dos Deputados Estaduais as leis relativas à organização e funcionamento das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública estadual, desde que não tratem de sua criação e extinção, mas acarretem aumento de despesa.

Quando tratar-se de extinção de funções ou cargos públicos vagos basta mero Decreto do Exmo. Governador. E quando tratar-se da extinção de funções ou cargos públicos não vagos, dependerá de lei, cujo devido processo legislante na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná somente poderá ser iniciado pelo Exmo. Governador estadual.

Da perspectiva do Deputado Estadual, lhe compete iniciar o processo de elaboração de leis que tratem da organização e funcionamento das Secretarias de Estado e dos órgãos da administração pública estadual, desde que não disponham sobre sua criação e extinção, mas acarretem aumento de despesa. Incide aqui o critério da residualidade que emerge da Constituição Federal em seu artigo 25, parágrafo 1º.

Relativamente à Lei de Responsabilidade Fiscal:

Dispõe o artigo 5º das proposição que *o Poder Executivo, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, regulamentará a presente lei.*

Tão somente a regulamentação da proposição, caso aprovada, fixará a extensão do programa estadual respectivo, razão por que, no momento da iniciativa legislativa, não há como exigir-se a apresentação de estimativa de impacto orçamentário-financeiro.

Tal estimativa deve, assim, acompanhar a regulamentação indigitada que, afinal, minudenciará as ações que serão desenvolvidas através do programa respectivo e, desse modo, viabilizará a estimativa.

Sendo assim, o parecer é favorável à proposição.

Sala das Comissões, em 25.10.05.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DELEGADO BRADOCK - Relator

COMISSÃO DE DIREITOS DA MULHER, DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE PROJETO DE LEI Nº 460/05

P A R E C E R :

O projeto em tela, de autoria do Deputado Marcos Isfer, institui o Programa Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil e dá outras providências.

Tal proposição, mereceu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

No que tange a esta Comissão, verificamos que a proposta é positiva e, uma vez implantada, ajudará a diminuir a violência sexual infanto-juvenil. Aliás, está perfeitamente enquadrada na Lei nº 14.648 que cria o Conselho Estadual de Proteção às Vítimas de Abuso Sexual.

Conclusão

Pelo exposto, concluímos pela aprovação do presente projeto de lei na forma apresentada.

Sala das Comissões, em 25.11.05.

(aa) CIDA BORGHETTI - Presidente

RENATO GAÚCHO - Relator

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 568/05, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que altera a redação do artigo 13, da Lei nº 14.260, de 22 de dezembro de 2003. (IPVA). PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. **Aprovado. (Publ. no DA nº 098/05, de 19.09.05, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 568/05

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei dispõe acerca da inclusão de templos de qualquer culto, no artigo 13 da Lei 14.260, de 22 de dezembro de 2003, que regula a não incidência do IPVA sobre veículos de sua propriedade.

Legitimidade

A Constituição Federal, em seu artigo 155, dispõe sobre a competência para legislar sobre este tipo de tributo:

Seção III

Dos Impostos da União

Art. 155. Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre:

...

III - propriedade de veículos automotores

...

Ainda quanto à legitimidade, encontramos na Constituição Estadual o que segue:

Art. 13. Compete ao Estado, concorrentemente com a União, legislar sobre:

I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico; (...)

Art. 53. Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente:

XVII - matéria da legislação concorrente da Constituição Federal;

Ante o exposto, pode-se constatar que está autorizada a Assembléia a legislar sobre a matéria, não havendo óbice quanto à iniciativa legislativa.

Fundamentação

Dispõe a Constituição Federal:

Seção II

Das Limitações do Poder de Tributar

Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

VI - instituir impostos sobre:

a) patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros;

b) templos de qualquer culto;

c) patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei;

d) livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão. (grifo nosso)

A Constituição Federal deixa claro, no artigo acima, que templos de qualquer culto são isentos da cobrança de impostos, porém, cabe aqui ressaltar que essa isenção diz respeito apenas ao templo (espaço físico) e aos bens necessários à atividade religiosa.

Como bem explica Sacha Calmon Navarro Coelho, em seu Curso de Direito Tributário:

templo não significa apenas a edificação, mas tudo quanto seja ligado ao exercício da atividade religiosa. Não pode haver impostos sobre missas, batizados ou qualquer outro ato religioso. Nem sobre qualquer bem que esteja a serviço do culto. Mas pode incidir imposto sobre bens pertencentes à Igreja, desde que não sejam instrumentos desta (...)¹.

Não se pode vislumbrar que o automóvel seja considerado um bem a serviço da atividade religiosa, estando o presente projeto, portanto, em descompasso com a real finalidade da imunidade concedida aos templos.

Ainda analisando a fundamentação desse projeto, faz-se necessária a interpretação do disposto no artigo 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, que trata da renúncia de receitas:

Seção II

Da Renúncia de Receita

Art. 14. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia

1.Sacha Calmon Navarro Coelho, Curso de Direito Tributário, 2. ed., Forense, Rio de Janeiro, 1999, p. 434

cia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário - financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:

I - demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do artigo 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;

II - estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no caput, por meio de aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§ 1º A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado. (grifo nosso)

O projeto de lei sob análise implica em redução de receita tributária, conseqüentemente, deve observar as disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal acima elencadas.

Constitucionalidade

Ante o exposto, nosso parecer é pela **baixa em diligência à Secretaria de Estado da Fazenda**, para sanar a falta da estimativa do impacto financeiro.

Sala das Comissões, em 10.05.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

RENI PEREIRA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 568/05

P A R E C E R :

Apresentação

O presente projeto de lei, de autoria do ilustre Deputado Hermas Brandão, que objetiva alterar a redação do artigo 13, da Lei nº 14.260, de 22 de dezembro de 2003 (IPVA).

Fundamentação

Esta Comissão instigada a se pronunciar, através dessa relatoria e de acordo com o que preceitua o artigo 33, parágrafo 3º, do Regimento Interno desta Casa de Leis, verifica não existir nenhum impedimento quanto a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis. Observe-se ainda, que tal propositura objetiva corrigir um flagrante desrespeito a Carta Constitucional Federal, que em seu artigo 150, VI, "b", contempla imunidade tributária aos Templos de Qualquer Culto.

Conclusão

Pelo que acima foi exposto, opinamos pela normal tramitação do projeto de lei, bem como seu envio ao douto Plenário desta Casa, para a devida decisão finalística.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11.09.06.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente
BARBOSA NETO - Relator

ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 322/06, de autoria do Deputado Edson Strapasson, fica denominado o terminal Alto Maracanã no município de Colombo, Terminal de Transporte Coletivo Luiz Francheski. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 067/06, de 07.06.06, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 322/06

P A R E C E R :

Do projeto

De autoria do Deputado Edson Strapasson, o Projeto de Lei nº 322/06 visa denominar o terminal de ônibus intermunicipal de Colombo, situado no bairro Alto Maracanã, e sob a tutela da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, Autarquia Estadual, como Terminal de Transporte Coletivo Luiz Francheski. Em sua justificativa o Autor assinala que o homenageado, já falecido em 1972, foi “pioneiro no transporte coletivo no município de Colombo, um grande empresário e conhecedor das necessidades da comunidade...”.

Da legalidade e do voto

A expressão denominativa de bens públicos é da competência do ente a quem o bem se subordina. De outra, há impeditivo nos casos de pessoa viva, o que não se enquadra o projeto de lei em tela.

Assim, e sob a ótica constitucional e legal, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 14.11.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
RATINHO JÚNIOR - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES
E COMUNICAÇÃO
PROJETO DE LEI Nº 322/06

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 322/06, de autoria do Deputado Edson Strapasson, que tem por objetivo denominar o Terminal Alto Maracanã, no Município de Colombo, como Terminal de Transporte Coletivo Luiz Francheski.

A proposição já recebeu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, quanto à legalidade e constitucionalidade da mesma. Chamada a opinar, a Comissão de Obras Públicas encontra méritos indiscutíveis no projeto de lei em tela, tendo em vista que o Sr. Luiz Francheski foi pioneiro no transporte coletivo no Município de Colombo.

Sendo assim esta Comissão, emite seu parecer favorável à Proposição nº 322/06.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20.11.06.

(aa) ANDRÉ VARGAS - Presidente
CIDA BORGHETTI - Relatora

ITEM 14

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 364/06, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que autoriza o Poder Executivo a doar o imóvel que especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 075/06, de 26.06.06, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 364/06

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto de lei de autoria do Deputado Alexandre Curi, tem com objetivo autorizar a doação de imóvel à Prefeitura Municipal de Borrazópolis, no Estado do Paraná. Em tais terrenos, encontra-se construída a Escola Municipal Dom Bosco, Centro de Saúde, Conselho Tutelar, Posto do Detran e da Secretaria da Agricultura. As doações fazem-se necessárias para a aplicação dos recursos advindos do município de Borrazópolis, tais como reformas, ampliações, etc.

Fundamentação

É legítima a iniciativa legislativa por parte da Assembléia Legislativa acerca de tal matéria, de acordo com o que preceitua a Constituição Estadual Paranaense:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Parágrafo Único. A alienação, a título oneroso, de bens imóveis do Estado dependerá de autorização prévia da Assembléia Legislativa e será precedida de concorrência pública, a qual será dispensada quando o adquirente for uma das pessoas jurídicas de direito público interno, referidas neste artigo, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Tendo em vista que a doação tem como donatário um município do Estado do Paraná, membro da Administração Pública Interna, portanto, resta clara a Constitucionalidade do projeto de lei em tela.

Quanto à técnica legislativa, o projeto de lei em questão não encontra nenhum óbice frente à Lei Complementar 95/98.

Desta forma, nosso parecer é pela aprovação do projeto de lei em questão.

Sala das Comissões, em 14.11.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
NELSON JUSTUS - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES
E COMUNICAÇÃO
PROJETO DE LEI Nº 364/06

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 364/06, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que autoriza o Poder Executivo a doar à Prefeitura Municipal de Borrazópolis, os lotes nºs 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18 e 19 da quadra nº 77, matrícula nº 3450, lote nº 4, de quadra nº 28, registro nº 20527 e lote nº 13, da quadra nº 29, matrícula nº 6951, sendo que, todos os lotes estão situados no perímetro urbano da Cidade de Borrazópolis, Comarca de Apucarana, Estado do Paraná.

A proposição já recebeu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, quanto à legalidade e constitucionalidade da mesma. Chamada a opinar, a Comissão de Obras Públicas encontra méritos indiscutíveis no projeto de lei em tela, pois a proposta visa devolver ao Município de Borrazópolis, os lotes urbanos que foram doados ao Estado do Paraná por leis municipais e assim o Município poderá aplicar recursos próprios para reformas, ampliação e manutenção das benfeitorias construídas sobre mesmo.

Sendo assim esta Comissão, emite seu parecer favorável à Proposição nº 364/06.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20.11.06.

(aa) ANDRÉ VARGAS - Presidente

HERMES FONSECA - Relator

ITEM 15

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 390/06, de autoria da Deputada Cida Borghetti, dispõe sobre a Política Estadual de Incentivo à Cultura de Bambu e dá outras providências. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 080/06, de 01.08.06, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 390/06

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei tem como objetivo instituir a Política Estadual de Cultura do Bambu, visando fomentar o artesanato e sua futura industrialização, com o objetivo de promover o desenvolvimento socioeconômico regional e integrado do Estado.

Legitimidade

A legitimidade para legislar quanto à presente matéria encontra-se definida na Constituição Federal, conforme segue:

CAPÍTULO II

Da União

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

(...)

V - proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência;

(...)

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

IX - educação, cultura, ensino, e desporto;

(...)

(grifo nosso)

Pode-se constatar que se trata de matéria de competência da Assembléia Legislativa, não havendo óbice quanto à legitimidade de iniciativa de seu proponente.

Fundamentação

A respeito da matéria, dispõe a Constituição Federal em seus artigos 205 e 206:

Capítulo III

Da Educação, da Cultura e do Desporto

Seção I

Da Educação

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

(...)

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

(...)

VII - garantia de padrão de qualidade.

Na fundamentação, não há nenhum impedimento ao regular seguimento do projeto.

Conclusão

Frente ao exposto, nosso parecer é pela aprovação do presente projeto.

Sala das Comissões, em 14.11.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

ITEM 16

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 415/06, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que denomina Contorno Milton dos Santos, o contorno localizado na cidade de Andirá. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 085/06, de 14.08.06, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 415/06

P A R E C E R :

Relatório

O projeto de lei acima ementado, de autoria do Deputado Hermas Brandão, denomina em seu artigo 1º de Contorno Milton dos Santos, o contorno Sul - PR 092

na cidade de Andirá, trecho entre o trevo de saída para Barra do Jacaré até o trevo da BR 369, na saída para o município de Bandeirantes.

Na justificação, o autor ressalta que *o presente projeto de lei tem como objetivo homenagear o cidadão Milton dos Santos, nascido na cidade de Andirá-PR, onde aos 22 anos de idade assumiu como Diretor Comercial a empresa da família em virtude da passagem de seu pai. Com a ajuda de seu primo José Roberto dos Santos, conseguiram expandir a empresa, hoje denominada Santos Andirá Ind. de Móveis Ltda, para uma das cinco maiores empresas do setor moveleiro do país.*

Diz ainda, *que infelizmente em 10 de janeiro de 2005, ainda moço, Milton dos Santos veio a falecer em razão de um infarto fulminante. Assim, solicita o autor o apoio para a aprovação da proposição em tela que visa homenagear um cidadão paranaense que muito fez para o progresso do nosso Estado (sic).*

É o relatório.

Fundamentação do Parecer

Quanto aos aspectos sobre os quais deve esta comissão se manifestar, nada temos a opor, pois estão obedecidos os preceitos constitucionais no que diz respeito à competência legislativa do Deputado Hermas Brandão - autor do projeto, estando, portanto presente o princípio da admissibilidade.

Conclusão

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar sobre a constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, nosso parecer é favorável a este projeto de lei.

Sala das Comissões, em 14.11.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

HERMES FONSECA - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO PROJETO DE LEI Nº 415/06

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 415/06, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que tem por objetivo denominar Contorno Milton dos Santos, o Contorno Sul - PR-092, na cidade de Andirá.

A proposição já recebeu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, quanto à legalidade e constitucionalidade da mesma. Chamada a opinar, a Comissão de Obras Públicas encontra méritos indiscutíveis no projeto de lei em tela, tendo em vista que o Milton dos Santos foi um importante empresário da indústria moveleira do Município de Andirá.

Sendo assim esta Comissão, emite seu parecer favorável à Proposição nº 415/06.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20.11.06.

(aa) ANDRÉ VARGAS - Presidente

CIDA BORGHETTI - Relatora

ITEM 17

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 483/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 062/06, que objetiva criar, no âmbito da Polícia Civil do Estado do Paraná, o Núcleo de Proteção à Criança e ao Adolescente Vítimas de Crimes - Nucrisa, e o Núcleo de Repressão aos Crimes Contra a Saúde - Nucrisa. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 108/06, de 03/10/06, em Mensagens).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 483/06

P A R E C E R :

Do Projeto

De autoria do Poder Executivo o Projeto de Lei nº 483/06, originariamente Mensagem nº 062/06, de 20 de setembro de 2006, visa instituir no âmbito da Polícia Civil do Estado do Paraná, o Núcleo de Proteção à Criança e ao Adolescente Vítimas de Crimes - Nucrisa, e o Núcleo de Repressão aos Crimes Contra a Saúde - Nucrisa.

Em sua justificativa o autor afirma que *a proposição ora formulada consulta plenamente aos superiores interesses da sociedade paranaense, eis que a criação dos mencionados núcleos dotará a Polícia Civil do Estado de importantes instrumentos estruturais que possibilitarão ações mais efetivas, concentradas e específicas na repressão de crimes contra crianças e adolescentes, e também, na investigação e repressão dos praticados contra a saúde, inclusive dos crimes relacionados a acidentes do trabalho.*

Da legalidade e constitucionalidade

O artigo 66 da CE especifica:

Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

(...)

III - organização da Defensoria Pública do Estado e das Polícias Civil e Militar.

IV - criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.

Do Voto

O Projeto de Lei nº 483/06, se enquadra nos aspectos da Lei Complementar nº 095/98 e se submete ao contido na Constituição Estadual, assim e sob a exclusiva ótica legal e constitucional, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 14.11.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

RATINHO JÚNIOR - Relator

Em discussão. Em votação

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Pela Ordem, Sr. Presidente?

(Assentimento)

Sr. Presidente, o Item 17 que consta aqui na pauta, na presente Sessão, de autoria do Poder Executivo, que objetiva criar no âmbito da Polícia Civil do Estado do Paraná, o Núcleo de Proteção à Criança e ao Adolescente, Vítimas de Crime. Esse mesmo projeto, Sr. Presidente, já foi matéria que foi apreciada por esta Casa, de autoria da Deputada Cida Borghetti, porém o Governador do Estado vetou esse projeto e o veto está aqui na Casa para ser apreciado e não sei como é que ficaria a técnica legislativa, Sr. Presidente, uma vez que temos uma matéria dessas ainda a ser analisada pela Casa e nós já votamos esse projeto sem antes primeiro votarmos o veto do Governador.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Na realidade, nobre Deputado Elio Rusch, o projeto foi vetado pela sua inconstitucionalidade, porque gerava despesas. Então, o Governador mandou uma mensagem idêntica ao projeto da Deputada Cida Borghetti e com isso torna-se constitucional.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Pois é, Presidente, mas a Casa aqui, quantas vezes votamos projetos que diminuem a receita do Estado ou aumenta também a despesa. Sabemos que essas leis são de iniciativa exclusiva do Governador. Agora, se a Casa aprovar uma lei dessa natureza, cabe ao Governador e se ele quiser sancionar, ele sanciona. Agora, faculta ao Governador vetar o projeto diante da flagrante inconstitucionalidade. Agora pergunto: se votarmos esse projeto de lei do Governador e a Casa venha, amanhã ou depois, a derrubar o veto do Governador, nós teremos duas leis, sendo uma sancionada pelo Presidente da Assembléia, porque o veto automaticamente derrubado será sancionado, e teremos uma outra lei idêntica àquela que a Casa já aprovou.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Nobre Deputado, vamos fazer um entendimento. Votamos aqui em 1ª Discussão hoje, que é a constitucionalidade, depois tiramos da pauta, não incluímos na pauta de amanhã, para chegarmos aqui em um entendimento.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Agradeço a V. Exa., mesmo porque esse próprio projeto eu entendia a necessidade e a urgência da apreciação dessa lei, uma vez que visa trazer um benefício para a sociedade. A Comissão de Finanças nem deu o parecer, mas eu não iria questionar. Vamos votar a constitucionalidade e solicito a V. Exa., Sr. Presidente, que antes de votarmos em 2ª Discussão, que primeiro venhamos a votar o veto apostado ao projeto da Deputada Cida Borghetti.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Realmente não foi para a Comissão de Finanças, mas passou por duas Comissões: passou pela Comissão

de Constituição e Justiça e passou pela Comissão de Segurança Pública. Mas, vamos votar a constitucionalidade e tiramos da pauta.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Para seguir a técnica legislativa da Casa. Agradeço, Sr. Presidente, e não poderia esperar outra coisa de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está em Discussão.

Em votação. **Aprovado.**

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 2460, de autoria do Deputado Waldir Leite, constante do expediente. **Não recebido pela Mesa.**

São todos projetos de Utilidade Pública e os referidos projetos não estão com suas documentações completas. Na hora que se juntar a documentação necessária, faremos o desarquivamento. Por isso, deixamos de votar o referido requerimento. **Prejudicado.**

Requerimento nº 2462, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2464 a 2467, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2468 e 2469, de autoria do Deputado Nereu Moura, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2470, de autoria da Deputada Elza Correia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2473 a 2475, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2476 a 2478, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2479, de autoria do Deputado Rafael Greca, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Quero comunicar aos Srs. Deputados que teremos uma Sessão Solene em Comemoração à Data Nacional da Consciência Negra, os 311 anos da Imortalidade de Zumbi dos Palmares, por Preposição da Deputada Luciana Rafagnin, que será às 18 horas, neste plenário. Os Srs. Deputados estão convidados.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (PFL) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, só quero comunicar que o PFL vai indicar um outro nome para compor a Comissão dos

Grampos. Vamos indicar um novo nome, eu encaminho à Mesa depois. Vou indicar outro nome como integrante desta Comissão, porque o Deputado Elio Rusch já faz parte de outras Comissões.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

V. Exa. vai fazer a indicação já?

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (PFL)

Vou. Eu encaminho à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Verbalmente, V. Exa. já pode fazer a indicação?

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (PFL)

Eu mesmo, Sr. Presidente, contra o meu gosto e a minha vontade.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Plauto Miró Guimarães.

O SR. ELIO RUSCH (PFL) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, para registrar, com muita satisfação, a presença do nosso Deputado Federal, o Alex Canziani, ex-Secretário de Estado, brilhante Deputado Federal, que está prestigiando a Sessão da Assembléia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Quero informar ainda que o Deputado Valdir Rossoni fez uma consulta a esta Presidência, o requerimento proposto pelo Deputado Nereu Moura, com o apoio de mais dezoito Deputados, foi protocolado no dia 11/09/06, às 16h53min; e o do nobre Deputado Valdir Rossoni, e dos demais Deputados, foi no mesmo dia 16, às 17h13min.

Portanto, a proposta do Deputado Nereu Moura foi a primeira apresentada.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 21, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 229/06.

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução nº 017/06.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 223/06.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 355, 460 e 568/05; 322, 364, 390 e 415/06.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 141, 276, 488, 507 e 509/06.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Comissão Executiva

Atos

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 842/06

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 6873, datado de 16 de agosto de 2006, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder aposentadoria, a pedido, a EDITH BAUDISH, matrícula nº 40356, portadora do RG nº 115.144-5-PR., e do CPF nº 094.595.109-49, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, nível NTB-03, nos termos do artigo 8º, inciso I, letra **a** e **b**, da Emenda Constitucional nº 20/ permitido pela Legislação vigente à época, com proventos mensais e integrais correspondentes de seu cargo, com reajustes compreendendo isonomia e paridade, acrescidos de 04 adicionais assegurados pelo artigo 170 e seu parágrafo único, da Lei nº 6.174/70, com proventos de inatividade conforme cálculos de fls. 17, da Coordenadoria de Relações Trabalhistas, desta Casa.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 31.10.06.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 843/06

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 6222/106, datado de 19 de julho de 2006, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder aposentadoria, por invalidez a ADILSON CHUVINSKI, matrícula nº 40134, portador do RG nº 1.315.056-7-PR, e do CPF nº 302.144.329-04, funcionária desta Assembléia Legislativa, admitido em 28 de fevereiro de 1986, exercendo o cargo de Motorista, nível NBA-02, com base no Laudo Médico nº 049/2006, emitido por Junta Médica desta Casa, conforme determina o artigo 224 e seu parágrafo único, da Lei nº 6.174/70, com proventos mensais e integrais de

seu cargo, calculados pela média aritmética das maiores remunerações a partir de julho de 1994, nos termos do artigo 40, parágrafo 1º, inciso I, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/03, combinado com a Lei Federal nº 10.887/04, em seu artigo 1º, atualizados conforme o parágrafo 1º desse artigo, acrescidos de quatro (04) adicionais, de acordo com o artigo 170 e parágrafo único, da Lei nº 6.174/70, resultando em proventos de inatividade conforme cálculos de fls. 25 a 32, da Coordenadoria de Relações Trabalhistas, desta Casa.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 31.10.06.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 985/06

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 3569/06, datado de 04 de maio de 2006, deste Poder, e Ofício nº 2.217/06, do Sr. Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, retificar o Ato da Comissão Executiva nº 0386/2006, publicado no Diário da Assembléia de 14 de junho de 2006, que passa a vigorar nos seguintes termos

R E S O L V E :

aposentar, compulsoriamente, a partir de 31 de março de 2006, data em que completou setenta (70) anos de idade, DIVA SCARAMELLA OGIBOWSKI, matrícula nº 40491, portadora do RG nº 433.064-1-PR., e do CIC nº 114.353.059-49, funcionária estável do Quadro da Secretaria desta Assembléia Legislativa, admitida em 02 de maio de 1986, exercendo o cargo de Consultor Administrativo, nível NUD-02, nos termos do artigo 8º, parágrafo 1º, inciso I, letra a, da Emenda Constitucional nº 20/98, combinado com o artigo 3º, parágrafo 2º, da Emenda Constitucional nº 41/03, com proventos mensais e proporcionais calculados pela totalidade da remuneração de seu cargo, com reajustes de acordo com os do servidor ativo (paridade), e os períodos de tempos de considerados em número de dias, de acordo com o parágrafo 2º, do artigo 53, da Orientação Normativa SPS nº 03/04, acrescidos de cinco (05) adicionais, de acordo com o artigo 170 e parágrafo único, da Lei nº 6.174/70, resultando em proventos de inatividade conforme cálculos de fls. 29, da Coordenadoria de Relações Trabalhistas, desta Casa.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 11.10.06.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

